

**Possibilidades do turismo rural em assentamentos do Movimento dos
Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)**

**Possibilities of rural tourism in settlements of the Landless Rural Workers
Movement (MST)**

Nadia Giannini (GIANNINI, N.)*

RESUMO - O Brasil apresenta uma das maiores taxas mundiais de concentração de terras e conseqüentemente uma profunda desigualdade social. O presente trabalho utilizou a pesquisa bibliográfica exploratória para construir subsídio sobre o turismo rural, seu contexto no novo rural brasileiro, e a importância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) nesse cenário, com o objetivo de investigar as possibilidades do turismo rural para os assentamentos do MST. Assim conclui-se que o turismo pode se configurar como uma ferramenta de mudança social, promovendo o desenvolvimento nessas comunidades.

Palavras-chave: Turismo Rural; Turismo em assentamentos; MST.

ABSTRACT - Brazil has one of the highest rates of land concentration in the world and, consequently, deep social inequality. Exploratory bibliographic research was used to construct theory on rural tourism, its context in the new Brazilian rural, and the importance of the Landless Rural Workers Movement (MST) in this scenario, with the objective of investigate the possibilities of rural tourism for settlements. Thus, it can be concluded that tourism can be configured as a tool for social change, promoting development in these communities.

Key words: Rural Tourism; Turismo em settlements; MST.

* Graduada do Curso de Turismo – UFPR. E-mail: nnagiannini@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Brasil apresenta uma das maiores taxas mundiais de concentração de terras e é um dos poucos países do mundo a não ter realizado a reforma agrária, possuindo um grande contingente de excluídos que carecem um pedaço de terra para plantar e produzir seu próprio sustento. Mas se por um lado é preciso democratizar a terra para dinamizar o próprio meio rural, por outro se faz necessário desenvolver novas atividades para o meio rural (MUÑOZ; NODARI; ZANELLA, 2006).

Novas configurações do campo nas sociedades contemporâneas vêm resultando na denominada nova ruralidade. Nesse cenário, o meio rural ultrapassa a dimensão agrícola, à qual esteve vinculado durante bastante tempo, e abarca uma multiplicidade de funções, dentre as quais se destaca o turismo. (RAMIRO; ROMERO, 2012).

Nesse novo rural, Muñoz, Nodari e Zanella (2006) destacam que o turismo surge como alternativa de desenvolvimento, e no caso dos assentamentos, o turismo pode se apresentar como mais uma forma de viabilização da reforma agrária. Isto se faz necessário porque, conforme Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009), no espaço rural brasileiro agricultores familiares, pescadores e ex-extrativistas que habitam esse espaço, vêm historicamente sendo excluídos pelo agronegócio, e assim passam a buscar novas alternativas de sobrevivência.

Ainda, de acordo com Fucks (2001), os desequilíbrios e impactos resultantes do processo de globalização da economia e da revolução tecnológica impõem a necessidade de se buscar novas alternativas ao desenvolvimento rural e particularmente para agricultura, uma vez que a situação de pobreza e exclusão social, além da degradação dos recursos naturais e disparidades econômicas ainda persistem no cenário do espaço rural brasileiro.

Nesse contexto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem importante papel enquanto movimento social que engloba a luta contra a pobreza e a busca por uma melhor qualidade de vida dos trabalhadores rurais (CARTER, 2010). Mas diante dessa realidade surge a seguinte indagação: o turismo pode ser uma alternativa de desenvolvimento para os assentamentos do MST e uma forma de educação para visitantes e visitados dessas comunidades, configurando-se assim como uma possível ferramenta de mudança social?

Assim, diante do problema exposto e do potencial da atividade para o meio rural, essa pesquisa tem como objetivo principal analisar as possibilidades do turismo rural em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) enquanto alternativa de desenvolvimento local sustentável para o assentamento, tanto para geração de renda e melhora da qualidade de vida dos assentados, quanto para modificar a imagem do movimento para os turistas em potencial.

Para tal, foi realizado um levantamento bibliográfico que permitisse entender melhor os conceitos de turismo rural, principalmente sob a perspectiva do novo rural e as questões sociais no campo, seguido sobre o papel do MST nesse cenário levando às conclusões sobre quais as contribuições que podem advir da atividade turística nesses espaços.

DESENVOLVIMENTO

Silva (2001) expõe que há no rural brasileiro ainda muito atraso e violência, por razões relacionadas com a forma como foi feita a nossa colonização, baseada em grandes propriedades com trabalho escravo. Ainda, de acordo com Miranda e Gomes (2016) em um país marcado pela tradição latifundiária como o Brasil, o acesso à terra, ao crédito e ao mercado são fundamentais para o desenvolvimento das populações que residem no meio rural.

Entretanto, a agricultura não é mais a melhor forma de reinserção produtiva das famílias rurais sem-terra, especialmente em função do baixo nível de renda gerado pelas tradicionais atividades do setor. Por isso é possível e cada vez mais necessária uma reforma agrária que crie novas formas de inserção produtiva para as famílias rurais seja nas “novas atividades agrícolas”, seja nas organizações rurais não agrícolas (ORNAS), como por exemplo, a prestação de serviços, onde se inclui o setor turístico (SILVA, 2001).

Dinis (2011) destaca que o setor turístico tem sido referenciado na literatura e nos relatos de experiências como um setor particularmente promissor para as economias rurais, capaz de promover a diversificação e agregar esforços empreendedores. Mas argumenta também que a promoção e o apoio ao desenvolvimento endógeno, e a

cooperação entre todos os atores locais bem como articulação com atores extra locais são elementos essenciais para o desenvolvimento bem-sucedido do turismo sustentável em territórios rurais e periféricos.

Segundo Cavaco (2011), essa ideia na América Latina é relativamente recente, surgiu nas duas últimas décadas no contexto de grandes mudanças econômicas sociais e políticas, em particular com a vigência dos novos paradigmas de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social. No Brasil, o turismo rural é uma atividade bastante recente tendo acontecido pela primeira vez segundo registros oficiais em 1985 no município de Lages. Desde então existe um forte debate em torno das diferentes concepções das atividades nas diversas regiões do país (MOURA *et al.*, 2006).

Para Muñoz, Nodari e Zanella (2006), o turismo rural se baseia em uma combinação da natureza com o contato humano e cultural, com pretensões de benefício mútuo turista-residente, e de baixo nível de impactos. De acordo com Pellin (2004), desenvolver atividades turísticas em espaços rurais contribuiu para a busca de um turismo de baixo impacto focado em pequenos empreendimentos, aliados à preservação do meio ambiente. Além disso é uma oportunidade de centralizar ações com objetivo de proporcionar emprego e renda para comunidade local e combater o crescimento acentuado do êxodo rural.

Assim, o turismo rural se apresenta como uma prática do turismo feito em pequena escala que considera as particularidades e especificidades das áreas rurais promovendo a diversificação da economia regional melhorando as condições das famílias rurais, interiorizando o turismo, diminuindo o êxodo rural, promovendo o reencontro dos cidadãos com as suas origens rurais e com a natureza, criando alternativas que valorizam atividades rurais, integrando propriedades rurais e comunidade, e resgatando a autoestima do camponês. (MARTINS; MORETTI, 2004).

Portanto, podemos entender ainda conforme Mattei (2004), que o turismo rural no contexto da agricultura familiar tem menor importância econômica para a geração de emprego e renda, e uma maior dimensão sociocultural na valorização da cultura e hábitos da trajetória histórica e dos recursos naturais, fatores estes que também são importantes quando se busca uma maior coesão social nas comunidades de agricultores familiares.

Deste modo, o turismo pode ser então um veículo de desenvolvimento das comunidades rurais e remotas, contanto que um turismo responsável e solidário com iniciativas e atividades de pequenas e médias dimensões, geradas pelas próprias comunidades (CAVACO, 2011).

No presente trabalho, procura-se investigar a importância desse turismo em comunidades de assentamentos do MST, que por pertencerem à esse movimento, possuem todo um contexto social e diretrizes políticas específicas, por isso a seguir apresenta-se tópico específico com considerações mais profundas acerca do tema.

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) organiza os camponeses sem terra na luta pela realização de uma Reforma Agrária popular para transformar o campo num lugar onde os trabalhadores possam viver com condições dignas e produzir alimentos saudáveis. O MST mobiliza famílias expulsas do campo por grandes latifundiários e empresas multinacionais do agronegócio para lutar pela terra e pela transformação social (CARTER, 2010).

No Brasil, o modelo de desenvolvimento está atrelado ao agronegócio e a uma modernização rural, o que representa uma desconexão ecológica, econômica e social. Segundo Bergamasco e Norder (2010) o MST luta por uma economia agrícola camponesa que questiona o padrão de desenvolvimento, fornecendo ideias, experiências e projetos para construção de novos modelos que tangem questões de grande relevância para o país como: criar empregos, dinamizar a economia, preservar o meio ambiente, e fortalecer as políticas de redução de pobreza e de diminuição da desigualdade social.

A territorialização é um processo permanente na história do MST. Esse processo é compreendido pelas ocupações de terra e conquista de assentamentos rurais. Esses territórios se constituem em novos espaços onde o campesinato se recria e reproduz a luta pela terra mediante a formação de um movimento camponês. Isso permite compreender que a forma de organização social e do território são partes indissociáveis da luta camponesa (FERNANDES, 2010).

A ocupação como forma de luta e acesso à terra é um contínuo na história do campesinato brasileiro. Desde o princípio de sua formação os camponeses ocupam terra.

A ocupação têm sido historicamente seu principal meio de acesso à terra (FERNANDES, 2010). Uma vez ocorrida a primeira ocupação, aquela terra se torna objeto de reivindicação de desapropriação e os que se encontram no acampamento pretendentes a redistribuição de terras (SIGAUD, 2010).

As ocupações de terra com montagem de acampamentos constituem uma linguagem simbólica o modo de fazer afirmações por meio de atos. Com ato fundador e a legitimidade ao promover uma ocupação e um acampamento, o movimento diz ao INCRA¹ que deseja desapropriação das terras, ao proprietário que quer suas terras e aos outros movimentos que aquela ocupação tem um dono (SIGAUD, 2010).

Entretanto, mesmo com a pressão social, os procedimentos burocráticos de implantação de um assentamento podem durar vários anos. A velocidade do processo varia em grande medida segundo a vontade política do governo e a ocorrência de entraves judiciais (CARTER, 2010). Ondetti, Wanbergue e Afonso (2010), apontam que em média a demora entre o início da mobilização pela terra e a desapropriação do imóvel é de quatro anos. Ainda de acordo com estes autores, durante esse tempo devem-se cumprir diversos ritos administrativos que vão desde a vistoria formal de uma fazenda para a sua caracterização como latifúndio até a assinatura do decreto presidencial que desapropria a área por interesse social para fins de reforma agrária, e ainda o poder judiciário pode interromper esse processo a qualquer momento a partir de recursos impetrados pelo proprietário da terra.

A criação de um novo assentamento e a emissão de posse outorgada pelo Estado é celebrada como uma valiosa “conquista” pelas famílias sem-terra. Essa vitória, porém, abre novos e grandes desafios. Ela marca o passo da “luta *pela* terra” à “luta *na* terra” (CARTER; CARVALHO, 2010). Isso porque conforme evidenciado por Carter (2010), o isolamento geográfico dessas comunidades reduz seu acesso ao mercado, aos serviços públicos e às fontes de trabalho não agrícola. Esse afastamento diminui também as possibilidades de cooperação entre os assentados e enfraquece a sua influência política no âmbito local e tudo isso restringe as oportunidades de alterar a correlação de forças no campo.

Por isso a grande maioria dos assentados ainda vive uma situação de extrema pobreza. Conforme demonstrado por Ondetti, Wanbergue e Afonso (2010) a legislação

¹ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): Órgão federal responsável por executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional.

agrária e as normas administrativas brasileiras preveem uma assistência aos novos assentados a fim de facilitar condições mínimas de qualidade de vida e de produção. Numa situação ótima, a consolidação de um assentamento exigiria apoio direto e constante por parte do Estado. Entretanto, o descompasso entre as normas vigentes e a realidade nos assentamentos é marcante. A omissão do Estado na destinação de créditos e recursos para a habitação, educação, saúde, saneamento, energia elétrica, estradas, aquisição de máquinas e outros equipamentos agrícolas força o MST e outros movimentos a pressionar o governo federal para concretizar a execução dessas políticas públicas. (ONDETTI; WANBERGUE; AFONSO, 2010)

Porém, é importante entender como pontuam Carter e Carvalho (2010), que expressão “assentamento de reforma agrária” pode induzir a uma homogeneização de um universo altamente diversificado. Todo assentamento enquanto unidade socioterritorial contempla diversas dimensões, entre elas, a econômica, social, política e cultural (CARTER; CARVALHO, 2010). A multiplicidade de combinações entre essas dimensões dependerá, entre outros fatores, do número de famílias assentadas, das suas origens geográficas, das histórias de vida (incluindo as relações de trabalho, sociais, religiosas e políticas em que estavam inseridas), da microrregião do país onde esse assentamento se constituiu, da forma como se deu a luta pela terra e da capacidade de organização dessas famílias para resistir na terra. (ONDETTI; WANBERGUE; AFONSO, 2010).

Assim, os assentamentos não são sociedades fechadas e cristalizadas, mas sim comunidades envolvidas em um processo constante de criação e evolução (CALVO-GONZÁLEZ, 2010). Entre os sem-terra há filhos de pequenos proprietários rurais, camponeses com pouca terra, assalariados rurais, posseiros, arrendatários, parceiros, ribeirinhos e extrativistas. Além disso, há uma parcela de assentados de origem rural que viveu um tempo nas periferias urbanas e logo voltou ao campo por falta de emprego e segurança pública (CARTER; CARVALHO, 2010).

Neste contexto, Calvo-gonzález (2010) indica que para avaliar o sucesso dos assentamentos da reforma agrária além dos indicadores econômicos é necessário incorporar também questões que se relacionem ao bem-estar social e moral dos assentados.

Além de todas essas dificuldades vividas no movimento, Carter (2010) evidencia ainda que a grande imprensa nacional tem dado ampla atenção às visões muito críticas em relação à luta social do MST. O autor expõe que “representações recorrentes do MST na grande mídia a retratam como uma organização autoritária, violenta, manipuladora, revolucionária que mobiliza falsos sem-terra”. (CARTER, 2010, p. 499). Entretanto, “o arcaico no Brasil é a profunda desigualdade da sua estrutura fundiária e social, não o Movimento, que tenta superá-la” (CARTER, 2010, p. 503). Segundo o autor o MST é um movimento engajado em uma luta para transformar uma sociedade de extrema disparidade na distribuição da riqueza e do poder, sustentada ao longo de sua história por políticas injustas de Estado. Assim, o MST é uma força modernizadora na sociedade brasileira, diferentemente das representações feitas por seus críticos.

Ainda para Fernandes (2010) o acúmulo de força da mídia tenta impedir que a realidade do campo brasileiro apareça como de fato é: uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo e ainda em processo de intensificação dessa desigualdade. A mídia procura mostrar o aumento do conflito, mas não apresenta as causas. Ela comprova que os assentamentos criados pelo governo estão precarizados, mas não comenta as razões políticas dessa realidade. Procura convencer a sociedade de que o problema reside nos movimentos camponeses em especial o MST e assim convence diversos setores da opinião pública, até mesmo políticos e intelectuais de que os problemas são os conflitos e não as causas dos conflitos.

CONCLUSÕES

A luta pela terra não se restringe aos limites do espaço rural e é aí onde o turismo pode se constituir como uma real ferramenta de mudança social, auxiliando não somente no desenvolvimento das comunidades rurais assentadas, mas também na luta do movimento social. O fato é que, conforme exposto por Nodari *et al.* (2005), o MST não esconde porque veio e o que quer, o que incomoda enormemente os setores elitistas da sociedade que preconizam uma verdadeira guerra midiática e uma mistificação do que seria o movimento. Porém o movimento não possui essa força midiática e suas

ações e experiências bem-sucedidas simplesmente não chegam aos olhos e ouvidos dos brasileiros.

Por isso primeiramente para pensar o turismo nesses espaços rurais marginalizados geograficamente e simbolicamente, é necessária uma inversão da visão tradicional sobre o mesmo, enquanto espaço somente de consumo. Visitar um assentamento pode trazer à tona aquele aspecto de nossa sociedade que estamos acostumados a naturalizar: uma antiga questão social e a enorme desigualdade social que a acompanha. A abertura às visitas nos assentamentos do MST pode ser também capaz de servir para romper visões estigmatizadas sobre a reforma agrária, especialmente, veiculadas pelos meios de comunicação de massa, os quais os mostram, geralmente, como baderneiros, marginais e foras da lei. (RAMIRO; ROMERO, 2012).

A atividade turística, na medida em que apresentam a moradores dos núcleos urbanos a realidade dos assentamentos rurais de reforma agrária, auxilia na desmistificação a respeito do funcionamento dos mesmos. A implantação de atividades turísticas em assentamentos configura-se ainda como uma alternativa para a valorização da agricultura familiar, atividade imprescindível para a produção de alimentos no país.

Embora o turismo em assentamentos rurais, possa abrigar uma multiplicidade de tipologias, esses tendem à prática da implantação do agroturismo, valorizando assim, o plantio e as criações animais do local. Porém outra modalidade turística que talvez possa ser propícia às áreas de reforma agrária é a implantação do turismo pedagógico, cujo principal objetivo seria a desmistificação do sujeito social presente nos assentamentos, cuja imagem propagada pela mídia brasileira é extremamente estigmatizada (RAMIRO; DIAS 2010). Assim, a prática do turismo nestes espaços aparece não apenas como uma atividade não-agrícola capaz de gerar renda, mas também como forma de preservar e compartilhar as culturas existentes nesses espaço.

Portanto nesse sentido, conforme exposto por Viera *et al.*, o turismo rural surge como uma alternativa viável e rentável para os assentamentos rurais onde os turistas possam ter contato com as atividades desenvolvidas nos assentamentos bem como conhecer uma realidade nova e as ideias que são propostas pelo movimento. E para os assentados surge a oportunidade de obter um aumento em sua renda de resgatar ou manter a sua cultura seus valores e ideais através da recepção de turistas em suas propriedades.

Assim o turismo se configura como uma possível ferramenta de mudança social, levando não somente o desenvolvimento endógeno para essas comunidades, através da geração de renda para incremento da qualidade de vida, mas também como uma forma de mudança da imagem desse movimento de luta, expondo o seu verdadeiro papel na luta pela igualdade no nosso país.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCO, Sonia Maria P. P. NORDER, Luiz Antonio. Assentamentos rurais e o MST em Sao Paulo: do conflito social à diversidade dos impactos locais. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária do Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010. p. 331-352.

CALVO-GONZÁLEZ, Elena. Construindo a comunidade: um assentamento do MST no nordeste. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária do Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010. p.353-372.

CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária do Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010.

CARTER, Miguel; CARVALHO, Horacio Martins. A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária do Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010. p. 287-330.

CAVACO, C. Turismo Rural Comunitário (TRC) e desenvolvimento local na América Latina - um olhar europeu. In: SOUZA, M.; ELESBÃO, I. (org.). **Turismo Rural: Iniciativas e inovações**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

DINIS, A. Para um turismo rural sustentável: empreendedorismo, estratégia de nicho e redes como factores de preservação e inovação. In: SOUZA, M.; ELESBÃO, I. (org.). **Turismo Rural: Iniciativas e inovações**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária do Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010. p. 161-198.

MARTINS, Patrícia Cristina Statella; MORETI, Edvaldo Cesar. Desenvolvimento sustentável no turismo rural e sustentabilidade em turismo rural. Até que ponto? In: IV CITURDES. **Anais**. Joinville, 12 a 15 de maio, 2004.

MATTEI, L. Turismo rural e políticas para a agricultura familiar. In: IV CITURDES. **Anais**. Joinville, 12 a 15 de maio, 2004.

MIRANDA, Dayana Lilian Rosa; GOMES, Bruno Martins Augusto. Desenvolvimento Rural e Políticas Públicas: um estudo de caso no Vale do Ribeira, PR, Brasil. **Guaju**, v. 2, p. 75-88, 2016.

MOURA *et al.* Diagnóstico do potencial turístico dos assentamentos rurais do município de Rosana. In: V CITURDES. **Anais**. Santa Maria, RS. 10 a 13 de maio de 2006.

NODARI, D. E. *et al.* Turismo no espaço rural brasileiro: novas alternativas para os assentamentos da reforma agrária. In: **Extensio**. Revista Eletronica de Extensão, UFSC, n. 3. 2005.

ONDETTI, Gabriel; WAMBERGUE, Emmanuel; AFONSO, José Batista Gonçalves. De posseiro a sem terra: o impacto da luta pela terra do MST no Pará. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010. p. 257-284.

PELLIN, V. O turismo no espaço rural como alternativa para o desenvolvimento local sustentável: um estudo de caso. In: IV CITURDES. **Anais**. Joinville, 12 a 15 de maio, 2004.

RAMIRO, Patrícia Alves; DIAS, Isabela Marcantonio. Identidade e turismo nos espaços rurais dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. 2010. 16 f. - Curso de Turismo, Unesp, Recife, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/1806>>. Acesso em: 22/09/2017.

RAMIRO, Patrícia Alves; ROMERO, Danielli Granado. Papel do turismo frente às novas ruralidades: o caso dos assentamentos rurais. **Sustentabilidade em debate**. Brasília, v. 3, n. 2, p. 93-116, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/8129>>. Acesso em: 22/09/2017.

SIGAUD, Lygia Maria. Debaixo da lona preta: legitimidade e dinâmica das ocupações de terra na mata pernambucana. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010. p. 237-256.

SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001.